

A reprodução das desigualdades simbólicas e a exclusão etária na pós-graduação brasileira: uma leitura bourdieusiana à luz do Relatório Delors

The reproduction of symbolic inequalities and age exclusion in Brazilian postgraduate studies: a Bourdieusian reading in light of the Delors Report

La reproducción de desigualdades simbólicas y la exclusión etaria en el posgrado brasileño: una lectura bourdieusiana a la luz del Informe Delors

Grupo temático 03 – Longevidade, Gênero e Raça

Ma. Paula Campello, Universidade da Amazônia-UNAMA, paula8261@gmail.com

Ma. Iris de Miranda Negrão, Universidade Federal do Pará-UFPA, iris.miranda@icsa.ufpa.br

Me. Antonio Cordeiro, Universidade da Amazônia-UNAMA, ant.cord@gmail.com

Prof. Dr. Jones Barros, Universidade da Amazônia-UNAMA, jonesbarros1@hotmail.com

Prof. Dr. Diego Mascarenhas, Universidade da Amazônia-UNAMA, diegomask_85@hotmail.com

RESUMO

Este ensaio teórico-analítico examina a exclusão etária de pessoas com 60 anos ou mais (60+) na pós-graduação stricto sensu brasileira, articulando a teoria da reprodução simbólica à abordagem do desenho institucional. Embora políticas afirmativas tenham ampliado o acesso ao sistema, a variável etária permanece ausente como categoria distributiva explícita, configurando lacuna na literatura sobre governança da pós-graduação. Parte-se do problema de que critérios avaliativos, métricas de produtividade e expectativas de trajetória linear, embora formalmente universais, podem gerar efeitos distributivos assimétricos e operar como mecanismos implícitos de exclusão geracional. A questão central é compreender como o desenho institucional do stricto sensu produz exclusão etária não declarada. O objetivo é analisar esses mecanismos e discutir suas implicações para a governança universitária, a justiça distributiva e o reconhecimento geracional. Como contribuição, o artigo introduz a variável etária como eixo analítico relevante na Administração Pública, evidenciando que a ausência de instrumentos específicos de inclusão pode constituir escolha institucional com efeitos distributivos não intencionais no contexto do envelhecimento populacional.

Palavras-chave: Exclusão etária. Pós-graduação stricto sensu. Desenho institucional. Governança institucional. Justiça distributiva. Reprodução simbólica.

ABSTRACT

This theoretical-analytical essay examines the age-based exclusion of individuals aged 60 or older (60+) in Brazilian stricto sensu graduate education through the articulation of symbolic reproduction theory and the institutional design approach. Although the system has expanded access through affirmative policies, age remains absent as an explicit distributive category, constituting a gap in the literature on graduate education governance. The study addresses the problem that evaluative criteria, productivity metrics, and expectations of linear academic trajectories, although formally universal, may produce asymmetric distributive effects and operate as implicit mechanisms of generational exclusion. The guiding question is how the institutional design of Brazilian stricto sensu programs produces implicit age-based exclusion. The objective is to analyze these mechanisms in light of reproduction theory and to discuss their implications for university governance, distributive justice, and generational recognition. As a contribution, the article introduces age as a relevant analytical axis in Public Administration and proposes the concept of generational symbolic violence, defined as the institutional naturalization of standards of excellence associated with younger profiles, producing unintended distributive effects in the context of demographic aging.

Keywords: Age-based exclusion. Stricto sensu graduate education. Institutional design. University governance. Distributive justice. Symbolic reproduction.

RESUMEN

Este ensayo teórico-analítico examina la exclusión etaria de personas de 60 años o más (60+) en la posgraduación stricto sensu brasileña mediante la articulación de la teoría de la reproducción simbólica y el enfoque del diseño institucional. Aunque el sistema ha ampliado el acceso a través de políticas afirmativas, la edad permanece ausente

como categoria distributiva explícita, configurando uma laguna en la literatura sobre la gobernanza de la posgraduación. El estudio aborda el problema de que los criterios evaluativos, las métricas de productividad y las expectativas de trayectorias académicas lineales, aunque formalmente universales, pueden producir efectos distributivos asimétricos y operar como mecanismos implícitos de exclusión generacional. La pregunta que orienta el análisis es cómo el diseño institucional del *stricto sensu* brasileño produce exclusión etaria implícita. El objetivo es analizar estos mecanismos a la luz de la teoría de la reproducción y discutir sus implicaciones para la gobernanza universitaria, la justicia distributiva y el reconocimiento generacional. Como contribución, el artículo introduce la edad como eje analítico relevante en la Administración Pública y propone el concepto de violencia simbólica generacional, entendida como la naturalización institucional de estándares de excelencia asociados a perfiles más jóvenes, produciendo efectos distributivos no intencionados en el contexto del envejecimiento demográfico.

Palabras clave: Exclusión etaria. Posgraduación *stricto sensu*. Diseño institucional. Gobernanza universitaria. Justicia distributiva. Reproducción simbólica.

1. Introdução:

A teoria da reprodução social, desenvolvida por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, sustenta que a escola e a universidade tendem a conservar hierarquias ao converter privilégios sociais em credenciais legitimadas como mérito. Por meio da violência simbólica, o sistema de ensino apresenta como universais disposições, linguagens e trajetórias que correspondem à cultura dominante (Bourdieu & Passeron, 1982). Essa chave interpretativa permanece fecunda para examinar a pós-graduação brasileira, especialmente quando se considera que o *stricto sensu* ainda se organiza em meio a desigualdades persistentes de acesso, permanência e reconhecimento, as quais afetam de modo diferenciado grupos socialmente subalternizados, ao mesmo tempo em que a academia continua a operar com roteiros de sucesso e temporalidades institucionais que podem produzir desvantagens para trajetórias etariamente não normativas (Venturini & Feres Júnior, 2020; Arruda, 2023; Horta & Li, 2024).

No Brasil, a expansão do ensino superior e a consolidação de políticas afirmativas ampliaram, ainda que de modo desigual, o acesso de grupos historicamente sub-representados à pós-graduação *stricto sensu*. Ao mesmo tempo, a América Latina e o Caribe atravessam um processo acelerado de envelhecimento populacional, em que o aumento do contingente de pessoas com 60 anos ou mais se articula a desigualdades estruturais acumuladas ao longo do curso de vida, gerando novos desafios distributivos para as instituições educacionais e para a efetivação de direitos. Nesse contexto, a reduzida presença de pessoas idosas nos programas de mestrado e doutorado sugere a existência de barreiras implícitas que não se expressam formalmente nos editais, mas podem estar inscritas nas lógicas de seleção, nas temporalidades acadêmicas presumidas e nas expectativas institucionais de desempenho que organizam o campo científico.

Como argumenta Schwartzman (2022), a pós-graduação brasileira permanece estruturada por um arranjo fortemente regulado e centralizado, no qual os mecanismos de avaliação e classificação exercem papel decisivo na definição dos padrões de legitimidade, pertencimento e reconhecimento acadêmico, o que torna analiticamente plausível supor que trajetórias etariamente não normativas sejam desfavorecidas mesmo na ausência de exclusão formalmente enunciada (Venturini & Feres Júnior, 2020; Schwartzman, 2022; CEPAL, 2022; CEPAL, 2023).

Embora as pesquisas sobre ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu* tenham avançado de forma significativa no Brasil, seu foco permanece predominantemente voltado às desigualdades raciais, de gênero e de acesso institucional, deixando em posição periférica a idade como marcador relevante de estratificação acadêmica. A lacuna central da pesquisa situa-se, assim, na ausência de uma leitura que articule teoria da reprodução simbólica, desenho institucional e justiça distributiva para explicar a exclusão etária na pós-graduação brasileira. O debate nacional ainda carece de uma interpretação capaz de demonstrar como critérios formalmente universais do *stricto sensu* podem operar como mecanismos implícitos de filtragem geracional, naturalizando padrões de excelência academicamente associados a trajetórias mais jovens (Venturini & Feres Júnior, 2020; Magnin & Takahashi, 2021).

Nesse contexto, o problema central desta pesquisa consiste em investigar como o desenho institucional da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, ao operar sob a lógica da igualdade formal e da excelência produtivista, pode produzir efeitos distributivos assimétricos que resultam em exclusão etária implícita de pessoas 60+. A questão não se limita à inexistência de políticas afirmativas específicas, mas envolve compreender como critérios formalmente universais podem converter diferenças geracionais em desvantagens legitimadas, ao privilegiar trajetórias lineares, disponibilidade temporal integral e capitais acadêmicos socialmente associados a perfis mais jovens, em um contexto no qual a expansão das políticas de inclusão na pós-graduação ainda não incorporou de

modo substantivo a variável etária como eixo de reconhecimento e acesso institucional (Venturini & Feres Júnior, 2020).

A exclusão etária na pós-graduação *stricto sensu* não deve ser compreendida como fenômeno isolado ou homogêneo, pois seus efeitos tendem a incidir de modo diferencial conforme marcadores sociais historicamente estruturantes, como gênero e raça. No contexto da pós-graduação brasileira, estudos sobre ações afirmativas evidenciam que o acesso a esse espaço permanece atravessado por desigualdades raciais persistentes e por mecanismos institucionais que, embora formulados sob a aparência de universalidade meritocrática, tendem a reproduzir padrões seletivos excludentes (Vanali & Silva, 2019; Venturini & Feres Júnior, 2020). Em paralelo, investigações recentes sobre trajetórias doutorais mostram que roteiros acadêmicos normativos baseados em produtividade precoce, linearidade formativa e disponibilidade temporal integral podem produzir formas de idadismo acadêmico, afetando de modo especialmente intenso estudantes em trajetórias não lineares e, em vários contextos, de forma agravada entre mulheres (Horta & Li, 2024).

Nessa perspectiva, a idade não opera separadamente, mas em articulação com desigualdades previamente acumuladas ao longo do curso da vida, de modo que a ausência de mecanismos institucionais sensíveis à interseccionalidade contribui para reproduzir formas sobrepostas de sub-representação e invisibilização no acesso e na permanência na pós-graduação. Assim, incorporar a variável etária ao debate sobre inclusão acadêmica exige reconhecer que o envelhecimento, quando atravessado por gênero e raça, pode intensificar barreiras distributivas e simbólicas que permanecem obscurecidas sob a aparência de neutralidade dos critérios seletivos.

Dessa forma, a pergunta que orienta este estudo é: **como o desenho institucional da pós-graduação *stricto sensu* brasileira produz efeitos distributivos que operam como exclusão etária implícita de pessoas 60+?**

Sob a perspectiva da Administração Pública, a exclusão etária na pós-graduação *stricto sensu* não deve ser interpretada apenas como resultado de trajetórias individuais descontínuas ou de disposições subjetivas desfavoráveis, mas como possível efeito de desenho institucional. Isso implica examinar como regras de seleção, critérios de elegibilidade, mecanismos de fomento, temporalidades avaliativas e culturas organizacionais universitárias estruturam oportunidades desiguais de acesso e permanência. Nessa chave, a idade deixa de ser variável meramente descritiva e passa a constituir categoria distributiva relevante para a análise da governança da política pública de formação avançada.

O objetivo geral é analisar a exclusão etária no *stricto sensu* brasileiro à luz da teoria da reprodução simbólica e da abordagem do desenho institucional, articulando governança universitária, justiça distributiva e reconhecimento geracional. Especificamente, busca-se: (i) identificar mecanismos institucionais e simbólicos que reproduzem desigualdades geracionais no campo acadêmico; (ii) examinar a ausência de instrumentos de inclusão etária como expressão de igualdade formal; e (iii) discutir implicações de governança à luz do ideal de educação ao longo da vida consagrado no Relatório Delors (UNESCO, 1996).

Além de responder ao problema proposto, este artigo contribui para o campo da Administração Pública ao introduzir a variável etária como categoria distributiva relevante na análise da governança da pós-graduação brasileira, articulando teoria da reprodução simbólica e desenho institucional para demonstrar como critérios formalmente universais podem produzir exclusão geracional implícita. Ao fazê-lo, amplia o debate sobre ações afirmativas e justiça educacional, incorporando a dimensão geracional como eixo analítico da política pública de formação avançada.

Por fim, em consonância com a sociologia reflexiva de Bourdieu (1992), incorpora-se uma nota de posicionamento analítico, explicitando a experiência situada de uma pesquisadora 60+, recém-egressa do mestrado, como recurso heurístico para iluminar a articulação entre capital econômico, capital cultural acadêmico e regimes avaliativos que pressupõem trajetórias lineares e disponibilidade integral. Tal recurso não constitui evidência empírica generalizável, mas instrumento reflexivo para tornar visíveis condições estruturais frequentemente naturalizadas.

2. Referencial teórico

Esta seção apresenta os fundamentos conceituais que sustentam a análise da exclusão etária na pós-graduação *stricto sensu*, organizados em três eixos: (i) reprodução simbólica e campo acadêmico; (ii) desenho institucional e efeitos distributivos; e (iii) educação ao longo da vida e reconhecimento geracional.

2.1. Reprodução simbólica e campo acadêmico

A teoria da reprodução social, formulada por Bourdieu e Passeron (1982), parte da premissa de que o sistema educacional não apenas transmite conhecimento, mas também conserva e legitima hierarquias sociais ao converter privilégios prévios em mérito escolarmente reconhecido. A noção de violência simbólica descreve o processo pelo qual critérios culturalmente situados são naturalizados como universais, ocultando sua dimensão histórica e socialmente construída.

No interior do campo acadêmico, operam capitais específicos — científico, cultural e simbólico — cuja posse e reconhecimento condicionam pertencimento e legitimidade (Bourdieu, 1992). O *habitus* acadêmico, resultante de socializações prolongadas, tende a valorizar trajetórias lineares, produtividade precoce e disponibilidade integral para dedicação à pesquisa. Esses critérios, embora apresentados como neutros, são estruturados segundo padrões historicamente consolidados.

Aplicada ao contexto da pós-graduação *stricto sensu*, essa abordagem permite compreender como expectativas institucionais podem favorecer determinados perfis de trajetória e converter diferenças de socialização em desigualdades legitimadas.

A partir desses fundamentos, este estudo propõe a categoria analítica de violência simbólica geracional, entendida como o processo pelo qual padrões institucionalizados de excelência acadêmica — tais como linearidade formativa, precocidade produtiva e disponibilidade integral — são naturalizados como universais, embora correspondam a trajetórias socialmente mais prováveis entre sujeitos mais jovens. Tal categoria constitui desdobramento específico da noção bourdieusiana de violência simbólica, aplicada ao recorte etário no interior do campo acadêmico.

2.2. Desenho institucional e efeitos distributivos

A literatura sobre políticas públicas destaca que instrumentos e critérios normativos não são neutros, produzindo efeitos distributivos que podem ser intencionais ou não. O desenho institucional — entendido como a configuração de regras, incentivos e critérios de alocação — influencia quem acessa, permanece e se beneficia de determinada política. Nesse sentido, regras formalmente universais podem gerar assimetrias substantivas, ao favorecer trajetórias, disposições e capacidades mais compatíveis com determinados perfis sociais do que com outros (Schneider & Ingram, 1993; Lascoumes & Le Galès, 2007; Howlett, 2019).

No caso da pós-graduação brasileira, a governança regulatória, fortemente orientada por métricas de desempenho e avaliação, estrutura padrões de excelência e define parâmetros de reconhecimento (Schwartzman, 2022). Ainda que formalmente universais, tais critérios podem produzir assimetrias ao não considerar desigualdades acumuladas ao longo do curso da vida.

A igualdade formal, quando aplicada a contextos marcados por trajetórias heterogêneas, pode operar como mecanismo de reprodução de desigualdades. Assim, a ausência de instrumentos específicos de inclusão etária não implica neutralidade, mas pode constituir escolha institucional com efeitos distributivos geracionais.

2.3. Justiça distributiva e reconhecimento geracional

Para aprofundar a análise normativa da exclusão etária no *stricto sensu*, mobiliza-se a teoria da justiça de Nancy Fraser, que distingue duas dimensões fundamentais das desigualdades: redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2001; 2003). A primeira refere-se à distribuição de recursos materiais e oportunidades; a segunda, ao status social e ao valor cultural atribuído a determinados grupos.

Segundo Fraser, injustiças contemporâneas frequentemente combinam déficits distributivos e padrões culturais de desvalorização simbólica. No caso da pós-graduação *stricto sensu*, a exclusão etária pode ser compreendida como fenômeno bivalente. De um lado, manifesta-se como questão redistributiva, relacionada à ausência de instrumentos específicos de acesso, fomento e permanência para pessoas 60+. De outro, revela dimensão de reconhecimento, na medida em que trajetórias tardias são frequentemente interpretadas como desvios do roteiro acadêmico “normal”, baseado em linearidade, precocidade produtiva e disponibilidade integral.

A articulação entre redistribuição e reconhecimento permite compreender que a igualdade formal não esgota a justiça institucional. Quando critérios universais desconsideram desigualdades acumuladas ao longo do curso da vida, podem produzir injustiças estruturais que combinam barreiras materiais e desvalorização simbólica. Nesse sentido, a exclusão etária no *stricto sensu* não se limita à ausência de recursos, mas envolve padrões culturais que privilegiam capitais associados à juventude e à socialização acadêmica precoce.

A abordagem de Fraser complementa a leitura bourdieusiana ao deslocar o foco da reprodução estrutural para a dimensão normativa da justiça pública. Se Bourdieu permite identificar mecanismos de legitimação diferencial de capitais, Fraser possibilita problematizar tais mecanismos à luz de princípios de paridade de

participação, isto é, da capacidade efetiva de todos os sujeitos participarem como pares na vida social. Aplicada à governança da pós-graduação, essa perspectiva sugere que a ausência da variável etária como categoria institucionalmente reconhecida pode comprometer a paridade participativa no acesso à formação avançada.

2.4. Educação ao longo da vida e reconhecimento geracional

O Relatório Delors (UNESCO, 1996) consolidou a educação ao longo da vida como princípio estruturante de sociedades democráticas, associando aprendizagem permanente à cidadania e ao desenvolvimento humano. Essa perspectiva foi posteriormente reforçada por diretrizes internacionais sobre envelhecimento ativo, que reconhecem o direito à participação educacional em todas as fases do curso da vida (OMS, 2021).

Sob esse horizonte normativo, a aprendizagem tardia não constitui exceção, mas expressão do direito à continuidade formativa. Contudo, a efetivação desse princípio depende da coerência entre compromissos normativos e desenho institucional concreto. A ausência de reconhecimento explícito da variável etária na política de formação avançada pode indicar tensionamento entre ideais declarados e práticas regulatórias.

3. Metodologia

Este estudo caracteriza-se como ensaio teórico-analítico, de natureza qualitativa e orientação interpretativa, voltado à problematização dos efeitos distributivos do desenho institucional da pós-graduação stricto sensu brasileira sobre a variável etária. Nessa perspectiva, o ensaio é compreendido não como texto meramente opinativo, mas como forma de elaboração analítica sustentada por coerência argumentativa, densidade conceitual e articulação crítica entre teoria e problema de pesquisa (Meneghetti, 2011). Para tanto, adotou-se estratégia metodológica baseada em revisão bibliográfica sistematizada, análise documental e interpretação teórico-categorial, em consonância com estudos que reconhecem a revisão de literatura como metodologia válida para a construção de sínteses analíticas e proposições teóricas consistentes (Grant & Booth, 2009; Snyder, 2019).

O corpus analítico foi constituído por três conjuntos de materiais: (a) obras clássicas e contemporâneas sobre reprodução simbólica, reflexividade, justiça distributiva, reconhecimento e desenho institucional; (b) estudos especializados sobre pós-graduação stricto sensu, com ênfase em acesso, permanência, trajetórias acadêmicas, ações afirmativas e critérios de excelência, incluindo análises críticas da configuração recente da pós-graduação brasileira e de seus mecanismos de seleção e expansão (Schwartzman, 2022; Vanali & Silva, 2019); e (c) documentos normativos e relatórios institucionais e internacionais, selecionados por sua relevância para o contraste entre o princípio da educação ao longo da vida e a configuração regulatória da formação avançada no Brasil. Nesse ponto, destacam-se o Relatório Delors, no campo da aprendizagem ao longo da vida, e os marcos recentes sobre envelhecimento saudável, que reforçam a necessidade de instituições mais inclusivas diante da transição demográfica.

A seleção do material observou quatro critérios: relevância temática, centralidade teórica, capacidade explicativa e atualidade analítica. Foram excluídos textos sem aderência substantiva ao problema investigado, trabalhos apenas descritivos e documentos sem relação direta com o recorte da pós-graduação brasileira ou com a perspectiva da educação ao longo da vida. O recorte temporal combinou, de um lado, obras clássicas, indispensáveis à estruturação do quadro conceitual, e, de outro, produção contemporânea, apta a captar as transformações recentes da pós-graduação, os debates sobre inclusão e ações afirmativas e a emergência da variável etária como questão ainda insuficientemente tematizada na regulação e na experiência institucional do stricto sensu brasileiro (Schwartzman, 2022; Vanali & Silva, 2019).

A análise documental incidiu sobre materiais capazes de expressar o plano normativo e prescritivo da política de formação avançada. Parte-se do entendimento de que documentos constituem fontes relevantes para apreender prioridades institucionais, omissões regulatórias e pressupostos de elegibilidade, razão pela qual seu exame exige definição explícita de corpus, lógica de seleção e percurso interpretativo (Bowen, 2009).

O procedimento analítico foi desenvolvido em três movimentos. No primeiro, procedeu-se à organização e sistematização do material, com identificação das categorias centrais do estudo, como reprodução simbólica, capital acadêmico, igualdade formal, reconhecimento, justiça distributiva, desenho institucional e exclusão etária. No segundo, realizou-se leitura comparativa e interpretativa entre o referencial teórico e os elementos estruturantes do stricto sensu brasileiro descritos na literatura, com atenção para mecanismos como produtividade precoce, linearidade de trajetória, dedicação temporal intensiva e naturalização de padrões juvenilizados de excelência. No terceiro, foram elaboradas inferências analíticas acerca dos efeitos distributivos potenciais desses mecanismos, interpretando-os como expressão de um desenho institucional formalmente universalista, mas potencialmente

assimétrico em relação a trajetórias tardias. Essa lógica dialoga com a tradição da análise qualitativa sistemática, fundada em organização, categorização e interpretação rigorosa do material (Câmara, 2013; Mendes & Miskulin, 2017)

A estratégia interpretativa foi organizada em torno de três eixos complementares: reprodução simbólica, para compreender o campo acadêmico como espaço de consagração diferencial de capitais; desenho institucional, para examinar como regras e critérios aparentemente neutros podem produzir efeitos distributivos assimétricos; e educação ao longo da vida/envelhecimento, para contrastar compromissos normativos de inclusão com a arquitetura institucional efetivamente observada. Adicionalmente, o estudo incorpora uma nota reflexiva de posicionamento analítico, inspirada na sociologia reflexiva, ao explicitar a experiência situada de uma pesquisadora 60+ como recurso heurístico complementar, sem converter experiência pessoal em evidência empírica generalizável (Bourdieu & Wacquant, 1992).

Como limitação metodológica, reconhece-se que o estudo não mobiliza dados empíricos primários nem análise estatística da distribuição etária na pós-graduação brasileira. Trata-se, portanto, de investigação voltada à formulação de hipótese analítica, destinada a evidenciar que a ausência de instrumentos explícitos de inclusão geracional pode operar, ela própria, como escolha institucional com efeitos distributivos implícitos. A verificação empírica dessa hipótese deverá ser aprofundada em pesquisas futuras, com base em editais, bases institucionais, trajetórias acadêmicas e experiências concretas de estudantes 60+ no sistema *stricto sensu*.

3.1. Posicionamento reflexivo da pesquisadora

Em consonância com a sociologia reflexiva proposta por Bourdieu (1992), explicita-se que a autora do presente estudo encontra-se inserida na faixa etária de 60 anos ou mais e vivenciou recentemente trajetória formativa em programa de pós-graduação *stricto sensu*. Tal informação não constitui elemento probatório nem substitui análise conceitual ou documental, mas é apresentada como exercício de reflexividade metodológica.

O reconhecimento da posição ocupada pela pesquisadora no campo acadêmico visa tornar transparente a dimensão situada da investigação, evitando a ilusão de neutralidade absoluta e explicitando as condições sociais de produção do conhecimento. Conforme a tradição bourdieusiana, a reflexividade não implica subjetivação do argumento, mas controle crítico das disposições e experiências que podem influenciar a formulação do problema e a sensibilidade analítica (Bourdieu & Wacquant, 1992).

Nesse sentido, a experiência formativa da autora opera exclusivamente como recurso heurístico, contribuindo para iluminar mecanismos simbólicos e institucionais discutidos teoricamente ao longo do artigo, especialmente aqueles relacionados à violência simbólica geracional. O estudo mantém, contudo, sua natureza teórico-analítica, não reivindicando generalização empírica a partir da experiência individual.

4. Achados Analíticos e Discussão

A análise desenvolvida permite identificar que a exclusão etária no *stricto sensu* brasileiro não se manifesta, predominantemente, por barreiras formais explícitas, mas por mecanismos simbólicos e institucionais que convertem trajetórias não lineares em desvantagens academicamente legitimadas. Os achados são organizados em quatro eixos analíticos articulados, os quais evidenciam que a combinação entre padrões de excelência, desenho regulatório, déficit de reconhecimento e desalinhamento normativo contribui para reproduzir a sub-representação de pessoas 60+ na pós-graduação. Mais do que reaplicar categorias teóricas, a seção demonstra como elas permitem revelar, no caso analisado, um padrão de exclusão etária implícita sustentado pela aparência de neutralidade institucional.

4.1. Reprodução simbólica e funcionamento do campo acadêmico

À luz da teoria da reprodução (Bourdieu & Passeron, 1982), o campo acadêmico estrutura-se por capitais específicos cuja legitimidade é definida internamente. No *stricto sensu*, tais capitais se materializam em expectativas de produtividade científica, publicações qualificadas, inserção precoce em redes de pesquisa e domínio de códigos acadêmicos consolidados.

Esses critérios, embora apresentados como universais, correspondem a trajetórias socialmente mais prováveis entre sujeitos com socialização acadêmica contínua desde a juventude. A linearidade formativa e a dedicação integral tornam-se parâmetros implícitos de excelência. Nesse contexto, candidatos 60+ podem ingressar no campo portando capitais profissionais e experienciais relevantes, mas nem sempre convertíveis em capitais acadêmicos legitimados. A diferença geracional, assim, tende a ser reinterpretada como insuficiência, reforçando mecanismos de reprodução simbólica.

Em síntese, a análise indica que o campo acadêmico tende a reconhecer como universais capitais e disposições mais frequentemente associados a trajetórias formativas precoces e contínuas. Com isso, diferenças geracionais deixam de ser percebidas como expressão de percursos heterogêneos e passam a ser traduzidas como insuficiência individual, reforçando a reprodução simbólica sob a aparência de mérito.

4.2. Desenho institucional e efeitos distributivos implícitos

O segundo eixo desloca o foco para o plano institucional. O desenho regulatório da pós-graduação brasileira, orientado por métricas de desempenho e avaliação centralizada (Schwartzman, 2022), estrutura critérios de seleção, permanência e fomento que operam sob a lógica da igualdade formal.

Contudo, igualdade procedimental não equivale a neutralidade distributiva. Ao desconsiderar desigualdades acumuladas ao longo do curso da vida — como capital temporal, obrigações familiares, inserção tardia em redes acadêmicas e domínio tecnológico — o desenho institucional pode produzir efeitos distributivos assimétricos. A ausência de instrumentos específicos de inclusão etária configura, nesse sentido, escolha institucional cujos efeitos recaem de modo diferenciado sobre perfis geracionais.

A exclusão etária não decorre de proibição explícita, mas do modo como regras universalistas interagem com trajetórias heterogêneas, produzindo filtragem implícita. Essa dinâmica encontra respaldo em elementos concretos do arranjo institucional da pós-graduação brasileira. No sistema de bolsas da CAPES, o Programa de Demanda Social foi historicamente concebido para manter, em tempo integral, discentes de excelente desempenho acadêmico, vinculando a concessão de quotas aos resultados da avaliação dos programas e à seleção interna de bolsistas pelas instituições e comissões de bolsa (CAPES, 2002).

Ainda que a Portaria CAPES nº 133/2023 tenha flexibilizado o acúmulo de bolsas com atividade remunerada, a própria CAPES transferiu às instituições e aos programas a definição das regras locais, preservando a centralidade de critérios seletivos internos e, portanto, a possibilidade de reprodução de assimetrias no acesso aos recursos acadêmicos (CAPES, 2023a). Além disso, a avaliação quadrienal permanece estruturada por ciclos regulares de aferição e pela classificação da produção intelectual na Plataforma Sucupira, o que reforça temporalidades institucionais orientadas por desempenho contínuo, comparabilidade e produtividade qualificada (CAPES, 2025a; CAPES, 2025b).

Em fichas de avaliação de área, tais exigências chegam a ser operacionalizadas por métricas de produção por docente permanente e pela seleção dos produtos intelectuais mais qualificados do quadriênio, como se observa, por exemplo, na área de Psicologia (CAPES, 2025c). Em conjunto, esses dispositivos não configuram exclusão etária explícita, mas favorecem trajetórias acadêmicas lineares, alta disponibilidade temporal e inserção contínua em rotinas de produção e validação institucional, condições que tendem a ser menos acessíveis a sujeitos com percursos formativos descontínuos, responsabilidades de cuidado acumuladas ou ingresso tardio na vida acadêmica.

Desse modo, a análise evidencia que o desenho institucional da pós-graduação não apenas regula o acesso e a permanência, mas também seleciona, de forma implícita, os perfis biográficos mais compatíveis com suas temporalidades e exigências. A neutralidade formal das regras, nesse contexto, opera como mecanismo de legitimação de desigualdades etárias, ao favorecer trajetórias lineares, elevada disponibilidade temporal e inserção contínua em circuitos de validação acadêmica.

4.3. Justiça bivalente e violência simbólica geracional

A partir da teoria da justiça de Fraser (2001; 2003), a exclusão etária no *stricto sensu* pode ser compreendida como injustiça bivalente, combinando déficit redistributivo e déficit de reconhecimento. No plano redistributivo, observa-se inexistência de políticas específicas de acesso, permanência ou flexibilização adaptadas a perfis geracionais distintos. No plano do reconhecimento, trajetórias formativas tardias tendem a ser interpretadas como desvios do roteiro acadêmico dominante.

É nesse ponto que emerge a categoria analítica proposta neste estudo: **violência simbólica geracional**. Trata-se do processo pelo qual padrões institucionalizados de excelência — precocidade produtiva, linearidade de carreira e disponibilidade integral — são naturalizados como universais, embora correspondam a experiências socialmente mais prováveis entre sujeitos mais jovens.

Essa forma de violência não se expressa por discriminação explícita, mas pela invisibilização da diferença etária. A juventude converte-se em padrão implícito de legitimidade cognitiva e pertencimento acadêmico. Sob essa lógica, capitais acumulados ao longo da vida profissional podem ser desvalorizados ou invisibilizados. Assim,

a exclusão etária revela-se não apenas como efeito estrutural da reprodução simbólica, mas também como problema normativo de paridade participativa.

O exame do problema permite sustentar, portanto, que a exclusão etária no *stricto sensu* não constitui apenas efeito distributivo de regras aparentemente neutras, mas também forma específica de não reconhecimento. É nesse cruzamento entre distribuição desigual e deslegitimação simbólica que se torna analiticamente pertinente a noção de violência simbólica geracional, entendida como mecanismo pelo qual a diferença etária é convertida em inadequação acadêmica legitimada.

4.4. Educação ao longo da vida e desalinhamento normativo

O quarto eixo confronta o desenho institucional com o horizonte normativo da educação ao longo da vida (UNESCO, 1996) e com as diretrizes internacionais de envelhecimento ativo (OMS, 2021). Esses referenciais afirmam a aprendizagem permanente como direito e componente da cidadania.

Entretanto, a organização prática do *stricto sensu* revela tensionamento entre esse ideal e os critérios avaliativos vigentes. A baixa institucionalização da variável etária como categoria de diversidade indica desalinhamento entre compromissos normativos internacionais e configuração concreta da política pública de formação avançada.

A exclusão etária pode, portanto, ser interpretada como incongruência entre princípios declarados de inclusão educacional e instrumentos regulatórios efetivamente adotados. Tal desalinhamento reforça a necessidade de repensar o desenho institucional à luz da justiça distributiva e do reconhecimento geracional.

Em consequência, a análise revela um desalinhamento entre o compromisso normativo com a aprendizagem ao longo da vida e os instrumentos concretos que regulam a pós-graduação brasileira. O resultado desse descompasso é a permanência de um arranjo institucional que, embora discursivamente inclusivo, continua operando segundo parâmetros de excelência e permanência mais compatíveis com perfis etários juvenis do que com trajetórias formativas tardias ou heterogêneas.

5. Considerações Finais

A análise desenvolvida permite sustentar que a exclusão etária de pessoas 60+ na pós-graduação *stricto sensu* brasileira pode ser compreendida a partir da articulação entre teoria da reprodução simbólica, desenho institucional e teorias contemporâneas da justiça. A investigação demonstrou que a ausência da variável etária como categoria distributiva explícita no desenho regulatório do sistema não implica neutralidade institucional, podendo produzir efeitos distributivos assimétricos sob a lógica da igualdade formal.

A luz de Bourdieu e Passeron (1982), verificou-se que padrões institucionalizados de excelência — como produtividade precoce, linearidade de trajetória e disponibilidade integral — operam como critérios legitimados no interior do campo acadêmico. Quando naturalizados como universais, esses padrões podem converter diferenças geracionais em desvantagens estruturais. Ao integrar a abordagem de Fraser (2001, 2003), evidenciou-se que tal dinâmica configura injustiça bivalente, combinando déficit redistributivo, expresso na ausência de instrumentos específicos de inclusão, e déficit de reconhecimento, manifesto na desvalorização simbólica de trajetórias tardias.

Nesse contexto, a principal contribuição teórica do estudo reside na proposição da categoria analítica de violência simbólica geracional, entendida como o processo pelo qual critérios institucionalmente legitimados de excelência acadêmica, associados a perfis etários mais jovens, são apresentados como universais e neutros, produzindo exclusão implícita de trajetórias formativas tardias. Diferentemente de discriminações formais, essa forma de violência opera por meio da invisibilização da diferença etária, convertendo-a em insuficiência legitimada pelo discurso meritocrático.

Ao deslocar o debate da esfera individual para o plano do desenho institucional, o artigo contribui para o campo da Administração Pública ao demonstrar que a exclusão etária pode ser compreendida como efeito de governança, e não apenas como escolha biográfica. A análise evidencia que a política pública de formação avançada, embora orientada por princípios de universalidade, pode carecer de mecanismos que assegurem paridade participativa entre diferentes perfis geracionais. Além disso, tal exclusão não opera de forma homogênea, podendo ser agravada quando articulada a desigualdades previamente acumuladas de gênero e raça.

Do ponto de vista normativo, sugere-se que instâncias regulatórias e programas de pós-graduação considerem instrumentos explícitos de inclusão geracional, políticas de permanência sensíveis a trajetórias heterogêneas e a revisão de culturas avaliativas que naturalizam padrões juvenilistas de excelência. Tais medidas não implicam substituição do mérito, mas reinterpretação de seus critérios à luz da justiça distributiva e do reconhecimento.

Como limitação, reconhece-se o caráter teórico-analítico do estudo, que não incorpora análise empírica quantitativa da distribuição etária no sistema. A categoria proposta — violência simbólica geracional — constitui hipótese analítica cuja validação demanda investigações futuras, com base em dados institucionais, editais, métricas de seleção e experiências de estudantes 60+. Pesquisas empíricas poderão testar a incidência e os mecanismos específicos desse fenômeno, ampliando o debate sobre governança educacional no contexto do envelhecimento populacional.

Em síntese, ao introduzir a variável etária como eixo distributivo relevante e propor a categoria de violência simbólica geracional, este estudo amplia o debate sobre justiça educacional e contribui para a análise crítica do desenho institucional da pós-graduação brasileira, reforçando a necessidade de alinhamento entre os compromissos normativos da educação ao longo da vida e as práticas efetivas de governança acadêmica.

Referências

- Arruda, M. A. A. (2023). Reflexões sobre a política de ação afirmativa na pós-graduação stricto sensu nos Institutos Federais de Educação: a questão do acesso e permanência dos discentes. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 12(2), 890–908. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n2a2023-67400>
- Bourdieu, P. (1992). *Réponses: Pour une anthropologie réflexive*. Seuil.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. J. D. (1992). *An invitation to reflexive sociology*. University of Chicago Press.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1982). *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino* (2ª ed.). Francisco Alves.
- Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27–40. <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>
- Brasil. (2003). Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm
- Câmara, R. H. (2013). Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 6(2), 179–191.
- Camarano, A. A., & Alcântara, A. O. (Orgs.). (2016). *Política nacional do idoso: Velhas e novas questões*. Ipea.
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe. (2022). *Envejecimiento en América Latina y el Caribe: inclusión y derechos de las personas mayores* (LC/CRE.5/3). CEPAL.
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe. (2022). *Panorama Social de América Latina y el Caribe 2022: la transformación de la educación como base para el desarrollo sostenible*. CEPAL.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (n.d.). *Valores de Bolsas*. <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/prestacao-de-contas/valores-de-bolsas>
- Fraser, N. (2001). Social justice in the age of identity politics: Redistribution, recognition, and participation. In N. Fraser & A. Honneth (Eds.), *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange* (pp. 7–109). Verso.
- Fraser, N., & Honneth, A. (2003). *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. Verso.
- Grant, M. J., & Booth, A. (2009). A typology of reviews: An analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health Information and Libraries Journal*, 26(2), 91–108. <https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x>
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34.
- Horta, H., & Li, X. (2024). Ageism and age anxiety experienced by doctoral students in enacting a “successful” career script in academia. *Higher Education*. <https://doi.org/10.1007/s10734-023-01176-9>
- Howlett, M. (2019). Procedural policy tools and the temporal dimensions of policy design: Resilience, robustness and the sequencing of policy mixes. *International Review of Public Policy*, 1(1), 27–45. <https://doi.org/10.4000/irpp.310>
- Huenchuan, S. (2009). *Envejecimiento, derechos humanos y políticas públicas* (LC/G.2389-P). CEPAL.
- Lascoumes, P., & Le Galès, P. (2007). Introduction: Understanding public policy through its instruments—From the nature of instruments to the sociology of public policy instrumentation. *Governance*, 20(1), 1–21. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0491.2007.00342.x>
- Magnin, L. S. L. T., & Takahashi, A. (2021). A política de avaliação da produtividade acadêmica brasileira sob a ótica dos pesquisadores: Uma meta-síntese. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 26(3), 742–758. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000300006>

- Mendes, R. M., & Miskulin, R. G. S. (2017). A análise de conteúdo como uma metodologia. *Cadernos de Pesquisa*, 47(165), 1044–1066. <https://doi.org/10.1590/198053143988>
- Organização Mundial da Saúde. (2021). *Década do envelhecimento saudável: 2021–2030*. Organização Mundial da Saúde.
- Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 320–332. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>
- Schneider, A., & Ingram, H. (1993). Social construction of target populations: Implications for politics and policy. *American Political Science Review*, 87(2), 334–347. <https://doi.org/10.2307/2939044>
- Schwartzman, S. (2022). Governança e avaliação da pós-graduação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 37(108), 1–20.
- Schwartzman, S. (2022). Pesquisa e pós-graduação no Brasil: duas faces da mesma moeda? *Estudos Avançados*, 36(104), 7–25. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36104.011>
- Snyder, H. (2019). Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. *Journal of Business Research*, 104, 333–339. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039>
- UNESCO Institute for Lifelong Learning. (2022). The benefits of lifelong learning for older adults. <https://www.uil.unesco.org/en/thematic-studies-benefits-lifelong-learning-older-adults>
- UNESCO. (1996). *Educação: Um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por
- UNESCO. (1996). *Learning: The treasure within (Report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twenty-first Century)*. UNESCO Publishing.
- Valle, I. R. (2022). A reprodução de Bourdieu e Passeron muda a visão do mundo educacional. *Educação e Pesquisa*, 48, e244296. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248244296>
- Vanali, A. C., & Silva, P. V. B. da. (2019). Ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu: análise da Universidade Federal do Paraná. *Cadernos de Pesquisa*, 49(171), 86–108. <https://doi.org/10.1590/198053145911>
- Venturini, A. C., & Feres Júnior, J. (2020). Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, 50(177), 882–909. <https://doi.org/10.1590/198053147491>
- Viana, L. O., & Helal, D. H. (2023). Ageísmo na carreira acadêmica: Um estudo com professores universitários. *Educação & Realidade*, 48, e121896. <https://doi.org/10.1590/2175-6236121896vs01>
- World Health Organization. (2021). *UN decade of healthy ageing: Plan of action 2021–2030*. World Health Organization. <https://www.who.int/initiatives/decade-of-healthy-ageing>